



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA REFLEXÃO ACERCA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ADOTADO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Ana Claudia Lopes Martins¹

Resumo: A temática central deste artigo é a questão social na Amazônia durante o período da ditadura militar, assim, discutiu-se acerca do desenvolvimento imposto à região a partir do golpe. Ademais, ainda que de forma embrionária, buscou-se trazer alguns aspectos acerca do Serviço Social amazonense durante a década de 1970, no sentido de compreender os rebatimentos do Estado ditatorial na profissão.

Palavras-chave: Questão social; Amazônia; Ditadura militar; Serviço Social.

Abstract: The central theme of this article is the social issue in the Amazon during the period of the military dictatorship, thus, we discussed the development imposed on the region from the coup. Moreover, although in an embryonic way, we sought to bring some aspects about the Amazonian Social service during the decade of 1970, in order to understand the rebats of the dictatorial state in the profession.

Keywords: Social question; Amazônia; Military dictatorship; Social work.

1. INTRODUÇÃO

A formação sócio-histórica da região amazônica brasileira envolve diversos processos complexos, como por exemplo, a relação de aliança entre o Estado e a elite do país. Essa relação se reconfigura em cada momento da história, gerando benefícios e privilégios às camadas econômicas. É a partir deste entendimento que se instiga a compreender a questão social na Amazônia.

Nesse sentido, o presente artigo tem o de objetivo elucidar as implicações do modelo de desenvolvimento da ditadura militar (1964-1985) para a Amazônia, ao desnudar discursos e ações governamentais, que impactaram profundamente a vida de diversas populações na região, e expor breves considerações acerca do Serviço Social amazonense. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas com autores importantes como Octavio Ianni e Violeta Loureiro.

Abordar essa temática se faz necessário, porque este é um período de intensos projetos para a Amazônia, que modificaram significativamente as relações sociais na região, tanto no âmbito urbano, como no campo. Destarte, discutir acerca dessas questões

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas, E-mail: anaclaudialopesmartins13@gmail.com.

permitirá maior compreensão acerca do contexto sócio-histórico da Amazônia, contribuindo para reflexões sobre o Serviço Social nessa região.

2. MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA DITADURA MILITAR EM FOCO

O golpe militar ocorrido em 1964 modificou significativamente diversos âmbitos do Estado e da sociedade civil. Esse movimento, na história brasileira, foi fundamental para manter a subordinação estrutural do Estado nacional ao imperialismo, conseguindo, por alguns momentos, expressivos graus de consenso entre os setores da sociedade.

José Paulo Netto (2011) assinala que, o que ocorreu em abril daquele ano, estabeleceu um *pacto contrarrevolucionário* que deu início a “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”, utilizando-se do conceito de Florestan Fernandes. Esse pacto de domínio burguês envolvia e beneficiava os setores burgueses progressistas, a burguesia industrial, de comércio, de produção, de finanças, bem como, as empresas nacionais de pequeno e médio porte e as multinacionais, ou seja, todas as classes proprietárias.

Salienta-se que a “estabilidade da democracia burguesa depende fundamentalmente de que o regime de acumulação capitalista não possa ser desafiado pela ação das classes subalternas” (DANTAS, 2014, p. 19). Nesse sentido, Netto (2011) indica que o golpe significou o fracasso do movimento democrático, popular e nacional, por certo, foi a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico, social e político que modificaria aspectos relevantes da formação sócio-histórica brasileira, apontando para a postergação do rompimento com a dependência econômica e a exclusão política da massa da população.

Todavia, ao tempo em que se buscava a manutenção da dominação burguesa, “deflagrava-se uma dinâmica *nova* que, em médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus marcos” (NETTO, 2011, P. 25).

Ianni (1981, p. 19) acentua que “Na prática, todos os campos da vida nacional foram alcançados, influenciados, reorientados, dinamizados, bloqueados ou reprimidos”, sendo uma transformação tão profunda que parecia que o Estado havia se tornado sinônimo de aparelho do capital, em seus aspectos econômicos e políticos.

O referido autor retrata que a ditadura se apossou das técnicas de planejamento para dominar, ou seja, utilizava-se da “neutralidade” do planejamento como instrumento de desenvolvimento. Essa técnica seria fundamental para favorecer, orientar, dinamizar a acumulação privada do capital e legitimar as práticas da ditadura, como sendo “racionalis” e “modernas”. Para que não houvesse empecilhos de caráter político nesse processo, o

Estado reprimiu os partidos e sindicatos e suprimiu a capacidade decisória do Congresso Nacional.

Ficava claro naquele momento a relação da economia política da ditadura com o lema *segurança e desenvolvimento*, visto que a segurança referia-se à segurança interna, ou seja, o controle e repressão dos movimentos políticos contrários, principalmente, os que envolviam as classes assalariadas, e, ao dominá-los, o capital poderia se desenvolver livremente (IANNI, 1981).

Esse lema foi muito utilizado quando se tratava da Amazônia — principalmente, a partir dos anos de 1970, com o foco nas razões de *segurança interna* — por ser considerada um “vazio demográfico” que precisava ser preenchido de forma condizente com o lema “ocupar para não entregar”. Entretanto, a ocupação dessa região não foi apenas motivada por questões de segurança, Ianni (1981) registra que, foi grande o aparato de políticas e órgãos criados para a Amazônia, com a finalidade de impulsionar e orientar as práticas econômicas na região, sejam elas públicas ou privadas. Conforme o referido autor:

a ditadura instalada no Brasil adotou principalmente duas políticas para a Amazônia. Uma, de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, em especial o Centro-Sul, econômica, política, militar e culturalmente dominada. Outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo. (IANNI, 1981, p. 132).

Essas duas políticas não eram opostas, mas complementares. Segundo Loureiro (2009), por exemplo, o *ciclo das estradas*, iniciado em 1970, envolvia a intensa venda das terras e a instalação de grandes capitais nacionais e multinacionais na região, impulsionando a migração para a Amazônia.

Sob o mesmo ponto de vista, Ianni (1981, p. 134) indica que a economia política da ditadura e do capital se imbricava de tal maneira que, a “ocupação, colonização e integração da Amazônia — objetivos que aparecem nas propostas geopolíticas — são, ao mesmo tempo, a reabertura da região ao desenvolvimento extensivo do capitalismo, nacional e estrangeiro”.

Um arquétipo da inserção do desenvolvimento extensivo do capitalismo é a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), como área de livre importação e exportação, em 1967. Condizente Loureiro (2009), essa Zona parte da teoria de desenvolvimento de caráter espacial, no qual é entendido que a criação de polos industriais irradiaria desenvolvimento para as áreas próximas, assim, o objetivo da ZFM seria “melhorar o desenvolvimento da zona oeste da Amazônia brasileira, através da indústria, da pecuária e do comércio, para diminuir as desigualdades regionais.” (LOUREIRO, 2009, p. 180). Desta

maneira, evidencia-se que as razões geopolíticas da ditadura respondiam claramente a demandas do capital nacional e estrangeiro.

Melo-Terry (2006) releva as estratégias de ocupação territorial durante a ditadura militar, na qual o principal discurso governamental se referia à Amazônia como uma terra *improdutiva e vazia, economicamente desintegrada* do resto do país, sendo necessário assegurar a segurança nacional, por meio da colonização da região, impulsionando a migração e atenuando os conflitos por terra em outras partes do país.

Tal colonização já ocorria há muito tempo de forma espontânea, mas é somente a partir do impulso governamental na década de 1970 que esse processo se intensifica, deixando de ser espontâneo, para ser conduzido. Melo-Terry (2006) denota que essas estratégias de frentes pioneiras são impulsionadas pelo I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento- PND (1970- 1972, 1975-1979, respectivamente). Na medida em que a infraestrutura ia sendo instalada, formavam-se polos de desenvolvimento, em decorrência da expansão agrícola.

O I PND foi uma espécie de colonização pública. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) era o órgão responsável em induzir essa migração, que tinha como objetivo atenuar os conflitos que exigiam a reforma agrária, tendo um caráter social. O saldo territorial foram conflitos de terra, devido à expropriação dos pequenos donos, dos grileiros e dos índios, bem como, a ausência de experiência no campo e baixa produtividade dos novos colonos, que visavam desmatar para produzir (MELO-TERRY, 2006).

Todo esse processo impulsionou argumentos favoráveis à colonização privada, que é respondido com o II PND. Esse foi uma estratégia de ocupação produtiva da Amazônia, por meio dos incentivos fiscais, e, para tal, o Estado buscava dar suporte ao capital, com uma política energética, de aceleração de prospecção mineral e desenvolvimento agrícola. Essa base estatal envolvia:

A construção de estradas; a criação e a ampliação de isenções e incentivos fiscais e creditícios para empreendimentos capitalistas e estrangeiros; a colocação do aparelho estatal à disposição dos interesses burgueses locais, regionais nacionais e estrangeiros; a política de segurança nacional, entendida como política de assegurar a submissão política e econômica de trabalhadores rurais de todos os tipos; a frequente transformação de questões de terras em questões de segurança nacional (IANNI, 1981, p. 135-136).

Ainda em consonância com o autor, avulta-se, nesse momento, um processo de acumulação primitiva, acompanhada de inúmeras refrações da questão social, como a intensa e generalizada luta pela terra, que serão tratadas no tópico a seguir.

3. EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA PRESENTES NESSE PERÍODO

Retomando a questão da “colonização” dirigida pela ditadura militar, irá se acentuar, neste tópico, a questão social amazônica, ao expor: a expropriação dos posseiros, dos caboclos e dos índios; a proletarização do trabalhador rural; e a migração para o âmbito urbano, a partir da Zona Franca de Manaus.

Deve-se considerar, nesse processo, que havia terras desocupadas na Amazônia, porém, uma quota significativa do território era ocupada por indígenas e caboclos amazônicos, envolvendo seringueiros, roceiros, criadores e coletores, que pouco se preocupavam com o documento de título de terra. Entretanto, a política adotada pela ditadura militar levou a apropriação das terras por grandes latifundiários, empresários nacionais internacionais e grileiros, expropriando, de forma violenta, os que ali viviam, transformando-os, muitas vezes, em assalariados permanentes ou temporários (IANNI, 1981).

Ainda consoante ao autor, ao mesmo tempo em que se dirigiam à região diversos empresários, latifundiários, grileiros e fazendeiros, iam, também, trabalhadores rurais de outras regiões, desempregados ou subempregados, ou mesmo superexplorados, que viam na Amazônia uma chance de ter sua terra. À vista disso, na medida em que se expande a ocupação capitalista, se agrava os conflitos pelo *uso, posse, propriedade e domínio* da terra.

Em conformidade com Barbosa e Sá (2009), a miséria e os conflitos sociais eclodiram na Amazônia a partir da agroexportação, quando houve a expulsão das populações tradicionais. Para as autoras, a questão social na Amazônia envolve “o conjunto de fenômenos relativos à fragmentação das esferas política, econômica e social, construída na dinâmica antagonista da relação entre capital e trabalho” (p. 73).

Desta forma, cabe destacar o que, Ianni (1979, p. 43) revela acerca da *distribuição de alguma terra para não distribuir terra*: O Estado ditatorial ao oficializar a colonização, que já vinha ocorrendo de forma espontânea, exprimiu seu controle e sua posição frente aos conflitos, pois “provocar a saída das ‘multidões famintas’ [do Nordeste] foi um modo de garantir a estrutura fundiária prevalecente. Portanto, o governo não tocou nos interesses dos latifundiários, fazendeiros e usineiros, que eram ali o seu sustentáculo econômico e político”. Assim, notabiliza-se que, ao conduzir esse processo para a Amazônia, estava também amortecendo os conflitos fundiários em outras regiões, principalmente o Nordeste, visto sua posição de região-problema, com populações famintas e desassistidas.

Não obstante, o autor expõe que a colonização dirigida não recebeu somente nordestinos, ou seja, o programa governamental não estava aliviando as tensões sociais naquela região, pois recebeu muito mais trabalhadores rurais de outras regiões, inclusive da

própria Amazônia, realçando que não era somente a região nordeste que tinha/tem contradições sociais.

Nesse sentido, convém enfatizar a questão indígena nesse leque de conflitos fundiários, ocasionados pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado. Loureiro (2009) ressalta que a região Amazônica se tornou, ao longo dos séculos, o último refúgio dos legítimos donos da terra brasileira, até os anos de 1970, quando se inicia o “ciclo das estradas”, aprofundando os conflitos entre os indígenas e as populações que adentraram a região. Com isso, parcelas das populações indígenas foram expropriadas de suas terras, significando, também, a expropriação de seu trabalho, sua cultura e sua existência. Ianni (1986) relata que:

São muitos os índios que estão sendo proletarizados, acamponesados, lumpenizados ou pura e simplesmente dizimados. Em todos os casos, no entanto, o que está em causa é uma progressiva, ou drástica expropriação das suas terras; de modo pelo qual trabalham a terra, as coisas a sua existência e o próprio trabalho. (p. 176).

Ademais, a visão do índio no imaginário do povo brasileiro contribui para as diversas agressões à integridade física e cultural das populações indígenas. Três eixos norteadores permeiam a questão indígena na concepção da massa: a) a busca persistente da formação de um povo único; b) negação sistemática da multiculturalidade dos diferentes povos; c) um tratamento desigual e inferiorizante de índios e negros em relação à população branca (LOUREIRO, 2009).

Uma das problemáticas centrais, que permeiam a questão indígena, são os interesses difusos em relação à terra. Loureiro (2009) identifica duas racionalidades: uma de caráter econômico, que é o que permeia os grandes latifundiários, as empresas nacionais e internacionais, que se apropriam das terras amazônicas; e, outra, de natureza comunitária, que considera a identidade coletiva dos índios ligada à terra e respeita uma democracia humanizada.

No combate de resistência, os índios, que antes eram tidos como “relativamente incapazes” e ficavam sob tutela da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passaram a se organizar em movimentos sociais em defesa da vida e da terra. Essas movimentações surgiram principalmente durante a ditadura militar, pois o governo tentou diversas vezes desmobilizá-los, colocando-os como perigo para *segurança nacional*.

Acompanhado desse processo de expropriação dos índios e dos posseiros na Amazônia, há um intenso processo de proletarização do trabalhador rural. Ianni (1981, p. 89) salienta que, em maior ou menor grau, em todo o mundo rural brasileiro cresce a proletarização do trabalhador rural, seja ele “o caboclo, sitiante, colono, morador,

arrendatário, parceiro, vaqueiro, peão, volante, corumba, clandestino, índio, mestiço, caiçara”, todos tiveram suas condições de vida e de trabalho submetidos à lógica capitalista. Destaca-se que compõem esses grupos, de forma elevada, crianças e adolescentes.

Na Amazônia, são muitos os sujeitos que trabalhavam como assalariados para formar área de pastagem, com desmatamento e queima, bem como, na abertura de estradas e caminhos. Com a proletarização do trabalhador rural, intensificaram-se as refrações da questão social no âmbito rural, agudizando os movimentos reivindicatórios. Ianni (1981, p. 94) aponta que “a mesma ditadura que reprimiu de modo brutal as ligas camponesas, os sindicatos, os posseiros e outros movimentos políticos de trabalhadores rurais, tem sido obrigada a recuar diante do ascenso das lutas sociais no campo.”

Barbosa e Sá (2009) mencionam que, durante a década de 1970, a questão social se apresenta por meio do crescimento demográfico, tanto no campo, como na cidade, modificando a lógica da vida que deixava de ser ligada com a floresta. As expressões da questão social giravam em torno da expropriação da terra, do êxodo rural, da pobreza e da miséria, e é definida como “uma consequência da sociedade de mercado enquanto modelo de organização societal, mesmo onde os arranjos típicos desse modelo de sociedade não forem plenamente desenvolvidos, como é o caso da Amazônia.” (p. 74).

A força de trabalho da cidade é abastecida pelo reservatório de exército de reserva do campo, visto que boa parte dos trabalhadores rurais migrou para as cidades industriais (IANNI, 1981). Nesse sentido, distingue-se o processo de industrialização que atinge a cidade de Manaus durante a ditadura, com a criação da Zona Franca de Manaus.

A ZFM criada em 1967 (dentre outras instituições, fundações e programas) contou com uma abundante política de incentivos fiscais, creditícios e com mão de obra barata e disponível, assim, criou-se um pólo de desenvolvimento e ocupação.

A abundância de mão de obra barata na cidade de Manaus foi uma forte característica para que empresas mudassem para a capital. Sobre esse processo, Scherer (2016, p. 48) afirma que “forçaram-se os agricultores e/ou seus filhos – subordinados ao universo do capital mercantil – a ingressarem no universo da reprodução ampliada do capital, nas fábricas do Distrito Industrial.”

De acordo com Alves (2005, p. 29), “a Zona Franca de Manaus foi responsável pela criação de milhares de empregos diretos e indiretos”, na década de 1970. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Estatística apresentado na obra deste autor, haviam 22.210 pessoas ocupadas (divididas nos setores: industrial, comércio e serviço) em uma população aproximadamente maior que 300 mil habitantes.

Houve um “boom” de empregos, principalmente na área industrial, e geração de renda. Entretanto, Scherer (2016) sinaliza que a expansão de empregos não foi suficiente

para o intenso fluxo migratório que a cidade de Manaus sofreu, ou seja, formou-se um largo exército de reserva, além da população já pauperizada. Esse processo evidenciou contradições já existentes na Amazônia, derivando também outras questões, tais como:

desemprego, subemprego, aumento progressivo do processo migratório, proliferação de favelas, tanto nas cidades pré-existentes na região, quanto nas que se formam e circundam os grandes projetos, as doenças e a pauperização crescente da população trabalhadora. (SCHERER, 2016, p. 48).

De forma geral, as mudanças e os processos conduzidos pelo Estado ditatorial atingiram violentamente a classe operária (urbana ou rural) e o campesinato; foram sentidos os efeitos da superexploração dos trabalhadores assalariados, bem como, as consequências da instalação da ZFM para a cidade de Manaus, e mais perversos ainda as expropriações de terra de posseiros e indígenas. Ianni (1981) esclarece amargamente que a repressão foi brutal, com fechamentos de sindicatos, cassações de mandatos, sumiços, prisões, torturas, acidentes e assassinatos de inúmeros operários urbanos, rurais, líderes de organizações, índios, todos que se opunham à lógica operada pelo Estado, desde o golpe de 1964.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL AMAZONENSE²

Recuperando a explicação inicial acerca do golpe, a instauração do Estado ditatorial em 1964 provocou mudanças significativas em diversos aspectos, incluindo às práticas profissionais. Tais mudanças influenciaram o processo denominado por Netto (2011) como “renovação do Serviço Social”, considerando que isso não ocorreu somente no Brasil, sendo um fenômeno com extensões internacionais chamado de Movimento de Reconceituação.

O processo de modernização conservadora³ articulado pelo Estado “engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais” (NETTO, 2011, p. 119), pois a reestruturação do Estado reorientou a “malha organizacional” responsável por planejar e executar as políticas setoriais.

A consolidação do mercado de trabalho profissional não foi consequência apenas da reorganização estatal, mas, também, das médias e grandes empresas que começaram a requisitar esse tipo de profissional. Além da quantidade expressiva de assistentes sociais em

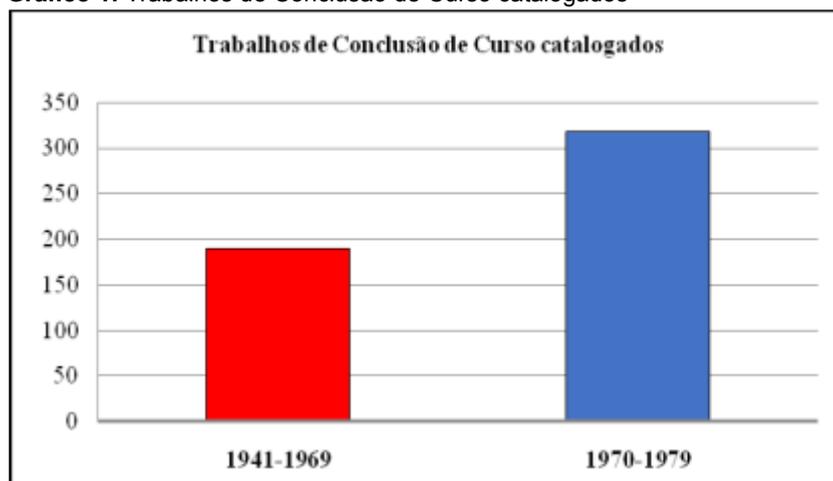
² Tais considerações estão presentes no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Formação Profissional e Serviço Social: um estudo sobre as influências teórico-metodológicas no Amazonas” de Vallina e Martins (2018).

³ Segundo Ianni (2015) este conceito “permite explicar a incorporação e/ou a criação de relações sociais arcaicas ou atrasadas nos setores de ponta na economia [...] como a peonagem, a escravidão por dívida, a clandestinidade nas relações de trabalho e sua precarização” (p. 130). Ou seja, intenta-se desenvolver a economia do país ao “modernizá-la”, todavia mantém-se a estrutura repressiva de exploração da força de trabalho.

empresas e em instituições sociais, o mercado de trabalho profissional se expandiu nas organizações de filantropia, que eram amplamente requisitadas para enfrentar o crescimento da pobreza relativa e absoluta durante o período ditatorial.

Essa expansão do mercado de trabalho e aumento da demanda por profissionais é passível de ser observada na quantidade de Trabalhos de Conclusões de Curso (TCC) produzidos durante a década de 1970 na Escola de Serviço Social de Manaus. Como segue o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Trabalhos de Conclusão de Curso catalogados



FONTE: Pesquisa documental, 2017.

Nesse gráfico foram comparados os lapsos temporais de 1941 a 1969⁴e 1970 a 1979. Considerando o total de 1.138 TCC's produzidos de 1941 a 2001⁵, temos que a década de 1970 teve uma produção de 380 TCC's, o que corresponde a 27,94% do total, enquanto que os primeiros 28 anos (1941-1969) foram produzidos 16,69% do total de TCC's. Ou seja, como mostra o Gráfico 01, na década de 1970 foram formados mais assistentes sociais que durante as três décadas anteriores.

No entanto, não foi somente a demanda por assistentes sociais que aumentou, tem-se um grande impulso qualitativo também, pois houve uma intensificação do debate acerca das teorias e métodos profissionais (SILVA, 2011). Essa ampliação de debate é conduzida pelo novo mercado profissional consolidado (instituições sociais, organizações de filantropia e empresas) que promove ao Serviço Social, “dada a sua contextualidade sociopolítica, um novo padrão de exigências para o seu desempenho profissional — quer nas agências estatais, quer nos espaços privados recém-abertos” (NETTO, 2011, p. 123).

⁴ Desde a criação da Escola de Serviço Social “André Vidal de Araújo” até um ano antes de 1970, e consequentemente após a incorporação à Fundação Universidade do Amazonas em 1968.

⁵Na pesquisa realizada, foi encontrado um “Catálogo de Trabalhos de Conclusão de Curso” no Departamento do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Nele continha uma lista de TCC's produzidos entre os anos de 1941e 2001, com o nome de cada trabalho e a referida autora.

Como consequência dessas exigências, há uma erosão do Serviço Social Tradicional, pois se exige um procedimento moderno e racional, diferente do profissional tradicional. Silva (2011) marca que, no primeiro momento, “há uma tendência modernizadora que busca o avanço técnico da profissão com vistas a assumir, com eficiência, uma ação profissional moderna”.

Contudo, para produzir esse profissional ‘moderno’ foi necessário modificar a sua formação, assim houve uma refuncionalização da mesma e uma expansão dos cursos de Serviço Social no país (NETTO, 2011).

Uma clara mudança nesse aspecto foi a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário, visto que, anteriormente, as escolas de Serviço Social eram mantidas por organizações religiosas com uma forte base moral. Essa mudança propiciou dois vetores: a necessidade de interlocução com as ciências sociais, e suas preocupações técnico-profissionais, e a contratação de um corpo docente destinado à reflexão profissional.

A Escola de Serviço Social de Manaus foi incorporada à Universidade do Amazonas em 1968⁶, tendo como nome “Escola de Serviço Social André Araújo”. Essa nomenclatura foi perdida na década de 1970, quando o curso passou a fazer parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atual Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (DUARTE, 2018). Na pesquisa realizada com TCC’s dessa Escola da década de 1970, foi possível identificar as temáticas mais trabalhadas pelas discentes. Pontua-se que essas temáticas muitas vezes se relacionavam com os campos de estágio, ou seja, a partir dos dados, se puderam esboçar quais as principais áreas de estágio na formação profissional nesse período. Identificam-se cinco grandes áreas: Saúde (26%), Menor (17%), Caso Grupo e Comunidade⁷ (21%), Empresa e Organização (14%), Outros (22%). Dentro da área “Outros” estão os documentos de difícil identificação de temática e as áreas menores como: Idoso, Penitenciária, Previdência, Educação e Habitação.

Nota-se que a temática saúde apresenta a maior quantidade de TCC’s catalogados (26%). Neste sentido, pode-se inferir que a temática saúde tem determinada importância no curso de Serviço Social da Universidade do Amazonas na década de 1970, o que permite dizer que a modernização conservadora desenvolveu essa área como campo de trabalho para a profissão. Silva (2011) evoca que as estratégias sociais dos Planos de Desenvolvimento do país envolviam uma política de valorização de recursos humanos que envolviam a saúde e a assistência médica. Ressalta-se, também, que no referido período, a

⁶ A incorporação foi feita a partir da Resolução nº2 de 19 de fevereiro de 1968 da Universidade do Amazonas (UA).

⁷ Considerou-se como temática ‘Caso, Grupo e Comunidade’ (não identificando o campo de estágio), pois se levou em conta a importância do tema à época. Desta maneira, buscou-se identificar o quanto ela aparecia enquanto conteúdo de Trabalhos de Conclusão de Curso.

doença é diretamente entendida como característica de subdesenvolvimento, logo, avançar nesse espaço representaria progresso no aspecto modernizador.

Outrossim, cita-se, como características da renovação do Serviço Social, a *laicização*, que já vinha se desenvolvendo desde 1950 dentro do Serviço Social, mas é precipitada por conta da modernização conservadora, que incidiu no mercado de trabalho e na formação profissional, e o surgimento de grupos, favoráveis e funcionais à modernização conservadora, e grupos que se opuseram e que contestaram a ditadura, o que permitiu a criação de práticas e concepções alternativas (NETTO, 2011).

Fica claro, assim, que a autocracia burguesa “no empenho para produzir profissionais adequados ao seu projeto societário, acabou por colocar condições que possibilitaram um acúmulo apto a ser direcionado diversamente” (NETTO, 2011, p. 130). A implementação desse novo processo profissional passa a se consolidar, principalmente devido à conjuntura sociopolítica brasileira, na qual o interesse maior era superar o subdesenvolvimento e o fato dessa nova intervenção estar mais de acordo com as necessidades e realidades brasileiras. O Assistente Social, neste sentido, tem a expectativa de “deixar de ser um ‘apóstolo’ para investir-se da condição de ‘agente de mudanças” (NETTO, 2011, p. 138).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o Estado ditatorial que resultou do golpe de 1964 implicou em múltiplas transformações tanto no âmbito urbano como no rural, influenciando em mudanças para o Serviço Social, tendo em vista seu caráter indissociável com as transmutações societárias. O Estado, nesse momento, se revestiu de planejamentos ditos “neutros” para favorecer a dominação capitalista em todas as regiões e esferas da vida. Desta maneira, pode-se dizer que o Estado havia tornado-se um aparelho do capital.

Esse caráter burguês é evidenciado na política de desenvolvimento para a Amazônia, pois o próprio lema *segurança e desenvolvimento* efetivava os objetivos de implantação do capitalismo extensivo na Amazônia e buscava atenuar conflitos fundiários, visando a manutenção da estrutura agrária em outras regiões, demonstrando assim a que classe serve o Estado. No entanto, com isso, acabou por intensificar uma refração da questão social bem conhecida na Amazônia, que é a expropriação da terra.

Nesse processo de espoliação, a questão indígena é citada por terem sido os índios os que mais sofreram, tendo em vista a importância da terra para construção de sua identidade e cultura. Contudo, ao evidenciar essa problemática, não está se diminuindo outras expressões, como a transformação de diversos sujeitos em trabalhadores

assalariados, impondo de forma violenta a lógica do capital em suas vidas, restringindo direitos àqueles que trabalham e oprimindo aqueles que lutam, ou seja, limitando qualquer perspectiva de cidadania.

Ademais, esse movimento complexo envolveu o Serviço Social como estratégia do capital para mitigar os impactos sociais, assim, aumentou-se a demanda de profissionais, sendo empregados por grandes instituições sociais estatais, empresas e organizações de filantropia. Todas essas transformações imprimiram à profissão novos debates e perspectivas, que possibilitaram, anos mais tarde, a adoção de um posicionamento crítico e a favor da classe trabalhadora.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo Magaldi. **Os impactos da abertura econômica na Zona Franca de Manaus e o desempenho do setor externo dos pólos eletroeletrônico e de duas rodas no período de 1990 a 2004**. 2005. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. In: SCHERER, Elenise. (org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

DANTAS, Rodrigo de Souza. A herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil. In: COUTINHO, Eduardo Granja; IASI, Mauro Luis. (org.). **Écos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DUARTE, Durango. **Antiga Escola de Serviço Social**. [S. l.], 2018. Disponível em: <http://idd.org.br/acervo/antiga-escola-de-servico-social/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório Livre. 2009.

VALLINA, Marcelo Mario; MARTINS, Ana Claudia Lopes. **Formação Profissional e Serviço Social: um estudo sobre as influências teórico-metodológicas no**

amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MELO-TERRY, Neli Aparecida. A ação territorial e as frentes pioneiras. In: MELO-TERRY, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Anna Blume. 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHERER, Elenise Faria. **A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses**. Manaus: EDUA, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. São Paulo: Cortez, 2011.